



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

CRISE DO CAPITAL E A COVID-19: os impactos do desmonte dos Sistemas de Proteção Social sob a égide ultraneoliberal a nível global

GISELE CAROLINE RIBEIRO ANSELMO ¹

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar os impactos do desmonte dos Sistemas de Proteção Social sob a égide ultraneoliberal a nível global no contexto da crise do capital, social, política e sanitária da COVID-19. Foi realizada uma pesquisa documental e qualitativa a partir de relatórios finais de uma pesquisa internacional que analisou o trabalho das assistentes sociais em contexto pandêmico no Brasil, Argentina, Espanha e Suécia. Como resultados observa-se que a implementação de políticas econômicas (ultra)neoliberais teve como consequência o desmonte de importantes conquistas da classe trabalhadora no tocante aos direitos sociais e forte precarização do sistema de proteção social.

Palavras-chave: Sistemas de Proteção Social. Crise do Capital. Ultraneoliberalismo. Pandemia da Covid-19

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar los impactos del desmantelamiento de los Sistemas de Protección Social bajo la égida ultraneoliberal a nivel global en el contexto de la crisis capital, social, política y sanitaria del COVID-19. Se realizó una investigación documental y cualitativa a partir de los informes finales de una encuesta internacional que analizó el trabajo de los trabajadores sociales en contexto de pandemia en Brasil, Argentina, España y Suecia. Como resultado, se observa que la implementación de políticas económicas (ultra) neoliberales resultó en el desmantelamiento de importantes conquistas de la clase trabajadora en materia de derechos sociales y una fuerte

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Da Paraíba

precariedad del sistema de protección social.

Palabras claves: Sistemas de Protección Social. Crisis del capitalismo. Ultraneoliberalismo. Pandemia de COVID-19

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa intitulada “Teoria e Prática do Serviço Social no Mundo em Tempos de Pandemia” que se desenvolveu nos seguintes países: Brasil, Argentina, Espanha, França, Itália e Suécia com a participação de assistentes sociais, docentes e pesquisadores vinculados à uma rede de pesquisa com instituições e universidades nacionais e internacionais. Este trabalho é parte integrante da proposta de uma mesa redonda intitulada “Serviço Social, ultraneoliberalismo e tomada de consciência: um diálogo entre o Serviço Social internacional”.

O objetivo da pesquisa foi o de realizar um mapeamento das práticas e teorias em serviço social, identificando as particularidades, semelhanças e divergências que caracterizam o modus operandi dos/as assistentes sociais, especialmente em tempos de pandemia. A pesquisa foi iniciada em novembro de 2020 e as atividades de coleta dos dados empíricos ocorreram durante o ano de 2021. Em relação aos aspectos éticos para pesquisa com seres humanos, é importante evidenciar que cada equipe realizou um subprojeto de pesquisa que passou por todos os procedimentos de avaliação éticos conforme normativas específicas de cada país.

Para a construção deste artigo, utilizamos os relatórios de pesquisa das equipes brasileira, espanhola, argentina e sueca por serem os relatórios disponíveis, até a data de conclusão deste estudo, na sua versão final. Assim, trata-se de uma pesquisa documental de cunho qualitativo, numa perspectiva crítica. Este artigo tem por objetivo analisar os impactos do desmonte dos Sistemas de Proteção Social sob a égide (ultra)neoliberal a nível global antes e durante a emergência pandêmica da COVID-19.

Este artigo inicialmente fará uma breve contextualização da construção e desmonte dos Sistemas de Proteção Social, em seguida, apresentará as alternativas realizadas pelos assistentes sociais nos países estudados em período pandêmico.

DESMONTE DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL SOB A ÉGIDE ULTRANEOLIBERAL

Se o neoliberalismo hoje se tornou hegemônico em todo o mundo, isso se deve em

grande parte ao papel acadêmico e intelectual de diferentes grupos e pensadores. Tal corrente de pensamento filosófico que postula influências diretas na área econômica (mundial e nacional) surge do livro “The Way of Slavery” de Friedrich August von Hayek, em 1944. Suas ideias deram base a formação da Associação Mont Pèlerin, com vários intelectuais que contestavam as políticas keynesianas. Perry Anderson (1995) afirma que “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.” (Anderson, 1995, p. 9) que se consolidou na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial.

Em acordo com geógrafo norte-americano David Harvey (2005, p. 125), após a Segunda Guerra Mundial (1945) ocorreu um processo de maturidade do fordismo como regime de acumulação, formando a base do período de expansão pós-guerra. Nos chamados países capitalistas avançados, este período foi marcado pelas taxas estáveis de crescimento econômico. O fordismo se aliou ao keynesianismo, proporcionando padrões de vida elevados e estáveis aos trabalhadores. Behring e Boschetti (2011) analisam o papel do Estado na perspectiva fordista-keynesiana, como podemos ver a seguir:

O Estado, diga-se, o fundo público, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais.

Ao keynesianismo agregou-se o pacto fordista – da produção em massa para o consumo em massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulamentação das relações sociais, em condições políticas determinadas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86)

Segundo Harvey (2005, p. 25) o Estado teve que assumir novos papéis e construir novos poderes institucionais, através de políticas keynesianas; o capital corporativo se reorganizou visando uma lucratividade segura; e o trabalho organizado (modelo fordista) assumiu novos papéis e funções em relação aos processos de produção e desempenho nos mercados de trabalho. O autor denominou como equilíbrio de poder “tenso mas mesmo assim firme”: o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado. Este equilíbrio de poder foi a base de sustentação para a expansão capitalista no pós-guerra, resultado também de anos de lutas dos trabalhadores. Importante salientar que nem todos os trabalhadores estavam inseridos no mercado de trabalho formal do chamado pleno

emprego, assim, o Estado era pressionado a garantir políticas públicas, entre estas as “políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias” (Harvey, 2005, p. 133). Ainda segundo Harvey, a legitimação do poder do Estado também dependia da sua capacidade em oferecer os benefícios do fordismo através de assistência médica, serviços educacionais e habitação em larga escala. Assim, o denominado binômio fordismo-keynesianismo se expandiu e se consolidou entre 1945 e 1973. Harvey (2005) nos lembra que o fordismo-keynesianismo foi diversificado em cada país. Cada Estado, dependendo das pressões e organização da classe trabalhadora, do tipo de sindicalização, da organização dos proprietários e das intervenções do Estado implementaram modelos diferentes, do denominado *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social.

Este processo não ocorreu no contexto dos países de economias periféricas, como o caso dos países da América Latina, que teve sua formação sócio-histórica sob base colonial, escravista e sua constituição do modo de produção capitalista, nos marcos da divisão internacional do trabalho na condição periférica e retardatária, como podemos visualizar na análise de Mota (2012, p. 3)

A plena incorporação das economias periféricas ao processo de reprodução ampliada do capital veio a ocorrer nos anos 70 do século XX, quando os países então chamados subdesenvolvidos transformaram-se em campo de absorção de investimentos produtivos. A seus Estados nacionais coube o papel de indutores do desenvolvimento econômico, a propiciar uma base produtiva integrada às necessidades dos oligopólios internacionais, graças ao apelo ao crédito externo para o financiamento daquela base e sua expansão.

Desta forma, Santos (2012, p. 185) afirma que o “fordismo à brasileira”, a partir dos anos 60, foi um regime de trabalho com baixa proteção social, com elevada rotatividade da força de trabalho, sempre pautado na flexibilidade e em uma precariedade estrutural do mercado de trabalho, agravado a um contexto ditatorial, na maioria dos países latino-americanos.

Nos países centrais, entre o final os anos 1960 e o início dos anos de 1970, o *pacto* fordista-keynesiano começou a se deteriorar, com uma crise sob a égide do capital financeiro no comando da acumulação. Foi a “primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial” (Mandel, 1990:9), denominada por Mézáros (2011) como a crise estrutural do capital ou por Mandel (1976), como um novo padrão de crescimento através de “ondas longas recessivas”. Netto (1996, p. 90) analisa que para responder estrategicamente a este novo quadro, o capital monopolista emprega

uma série de reajustes, portadores de um complexo de contradições, construindo autênticas transformações societárias. Estas, “envolvem a totalidade social, configurando a sociedade tardo-burguesa que emerge da restauração do capital operada desde fins dos anos 1970” (NETTO, 2012, p. 416).

Para Salvador (2010) essa nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira e no campo ideológico o velho liberalismo irá se vestir com a “nova” roupagem, sendo rebatizado de neoliberalismo. Netto (2012) afirma que o projeto neoliberal se resume no tríplice mote: “a “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal).” (NETTO, 2012, p. 417).

Na Suécia é a partir da década de 1980 que tem início a implementação de políticas neoliberais. No entanto, a partir da década de 1990 que se consolidou pelo partido social-democrata sueco. Segundo Maia (2019) essa decisão estava conectada muito mais a necessidades da mundialização do capital que dos interesses internos do país.

Boschetti (2018) analisa que a partir deste momento, os direitos sociais que foram garantidos entre 1940 e 1980, são marcados por processos de desmantelamento, constituindo “um avassalador processo contemporâneo de expropriação social que restringe a participação do Estado Social na socialização dos custos de reprodução da força de trabalho e contribui para a ampliação da acumulação” (BOSCHETTI, 2018, p. 132).

Cabe lembrar que os intelectuais mais influentes do neoliberalismo são, portanto, contemporâneos do período da proposta keynesiana e do Estado de bem-estar. Embora as primeiras ideias neoliberais tenham surgido em 1944, somente após a crise de 1973 é que ganharam credibilidade em nível global, em um momento histórico de grandes transformações com a “crise do socialismo” e a crise estrutural do capital. Foi importante o papel dos intelectuais que garantiram sua homogeneidade e legitimidade.

É importante observar como o neoliberalismo se desenvolveu na América Latina como um verdadeiro laboratório: aqui ele foi associado à repressão e à violência ditatorial. O filósofo argentino Claudio Tognonato (2014) afirma que, antes de se espalhar para outros países do mundo, o neoliberalismo passou por uma “fase experimental” com o ditador Pinochet no Chile, após o golpe de 11 de setembro de 1973, que retirou o presidente democraticamente eleito Salvador Allende do poder.

Esse processo também incluiu um intercâmbio entre a Universidade do Chile e a

Universidade de Chicago com o grupo de pesquisa de Milton Friedman, no qual foram financiadas bolsas de estudo para pesquisadores chilenos em Chicago. Os economistas liberais chilenos que compareceram e retornaram ao país ficaram conhecidos como os “Chicago boys”. Depois da experiência chilena, diversos países ao redor do globo seguiram esse caminho: Grã-Bretanha (1979), China (1978), Estados Unidos (nos anos 80), Índia (nos anos 80), para citar os principais.

Nos anos de 1980, os países da América Latina, atravessaram o que ficou denominado como “crise da dívida externa”, ao tentarem controlar a inflação, foram obrigados a exportar capitais das agências de fomento para o pagamento de juros das dívidas contraídas nos anos antecedentes. Em 1989, diferentes países da América Latina foram convidados a uma reunião no *International Institute for Economy*, com representantes de organismos multilaterais, economistas, funcionários do governo dos Estados Unidos para discutir um conjunto de contrarreformas de ajuste neoliberal que os mesmos acreditavam ser essenciais para que a América Latina pudesse solucionar questões como: dívida externa elevada, estagnação econômica, inflação crescente, recessão e desemprego. As recomendações, elaboradas pelo economista John Williamson, ficaram conhecidas como Consenso de Washington, e a partir de então, o Fundo Monetário Internacional (FMI), tornou estas medidas obrigatórias para as renegociações das dívidas. As recomendações foram: reforma fiscal, abertura comercial, políticas de privatizações, redução fiscal do Estado.

Paralelamente, nos anos de 1980 no Brasil temos um forte movimento de diferentes exponentes dos movimentos sociais, sindicais da classe trabalhadora que lutavam pela redemocratização do país e por uma ampliação dos direitos sociais, civis e políticos. Em 1988, temos a promulgação da Constituição, denominada como “Constituição Cidadã”, fruto de intensos embates entre dois projetos antagônicos: de um lado, uma perspectiva conservadora, privatista que defendia os interesses corporativos; e do outro lado, uma perspectiva democrática e universalista que defendia os interesses da classe trabalhadora. A Seguridade Social (Assistência, Saúde e Previdência Social), foi fruto de um grande acordo entre esses dois blocos e significou um grande avanço a nível legislativo. Pela primeira vez na história brasileira, a assistência social era um direito, mesmo que condicionado a uma específica demonstração de necessidade; a saúde como direito e cobertura universal; e a previdência, destinada aos que contribuírem. A concretização destes direitos apresenta, até a atualidade desafios. Principalmente, a partir da década de 1990, quando no Brasil, a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), inicia

a implementação das políticas de cunho neoliberal privatizando grandes empresas estatais, demitindo funcionários públicos, cortando gastos do Estado e tentou impedir a implementação das conquistas da Constituição Federal. Acusado de corrupção, sofreu um *impeachment* e seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994), continuou com um governo austero, em busca de medidas econômicas para estabilizar a economia. Nesse período, porém, os dois governos sofreram os ainda fortes ataques de uma parte da esquerda que denunciava a escolha econômico-política do governo.

Podemos dizer que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (de 1995 a 2002) foi quem conseguiu consolidar as políticas neoliberais no Brasil. Todas as conquistas da Constituição de 1988 foram questionadas e atacadas sob a acusação de serem economicamente insustentáveis para o Estado brasileiro. Medidas neoliberais têm sido propostas como soluções para todos os problemas econômicos do país, representando um sério retrocesso para os direitos sociais conquistados até então. Para Sarah Granemann (2007) a acumulação capitalista e sua crescente necessidade de lucros passou a exigir esse conjunto de “contrarreformas” do Estado e nas políticas sociais a fim de transformar as políticas e direitos sociais em mais um espaço de supervalorização do capital, em sua fase financeirizada.

Mota (2012) analisa que a partir da década de 1990 a conjuntura política de diversos países da América latina, como o caso do Brasil, Argentina e Uruguai (dentre outros) se modifica. Para Duarte (2000) apesar de algumas medidas neoliberais terem tido início durante a ditadura militar na Argentina, a partir de 1976, a sua consolidação se dará durante a década de 1990. Rozas (2001) afirma que foi no governo de Carlos Menem, em 1989, que ocorre a hegemonia do neoliberalismo.

A partir dos anos 2000, estes países têm a experiência de governos de esquerda e centro-esquerda, como podemos ver a seguir:

Nos anos 2000, esses setores progressistas chegam ao poder com discursos anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento nacional e da autonomia dos estados nacionais, após décadas de injunção dos organismos financeiros internacionais em favor das políticas de ajuste estrutural.

Esta perspectiva é denominada de novo-desenvolvimentismo e tem suas bases de fundamentação, embora sob outras determinações, no chamado nacional-desenvolvimentismo, que orientou a economia dos países subdesenvolvidos, no período de 1940 até a década de 1970 do século passado, sob a orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). (MOTA, 2012, p. 5)

A autora ressalta que estes setores acreditam na possibilidade de um

desenvolvimento, com crescimento econômico aliado a uma melhor condição de vida dos trabalhadores, com investimento em políticas sociais e educacionais, com objetivo de inclusão social e distribuição de renda, impactando na redução das desigualdades sociais (MOTA, 2012, p. 6).

Embora os governos de esquerda tenham chegado ao poder aqui no Brasil, com Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2010) e Dilma Rousseff (de 2011 a 2016) as medidas neoliberais continuaram sendo aplicadas, mas ao mesmo tempo foram implementadas importantes políticas sociais de combate à pobreza extrema, como a ampliação das políticas de transferência de renda (Programa Bolsa Família) e políticas voltadas ao setor produtivo. Este período é denominado neodesenvolvimentismo brasileiro. Apesar disso, os grandes capitalistas nacionais, interessados em aumentar ainda mais seus lucros, desejando implementar políticas ainda mais austeras, formaram uma grande coalizão político-midiática para implementar a retirada dos governos de esquerda da arena nacional.

Em meio a seu segundo mandato, a então presidente Dilma Rousseff sofre um *impeachment* fraudado e orquestrado liderado pelos movimentos de extrema direita, aliado a importantes setores da mídia e com o apoio de um importante setor da burguesia nacional. Este acontecimento tem sido caracterizado por alguns estudiosos como um verdadeiro golpe, uma vez que não houve crime de responsabilidade que pudesse justificar este procedimento. O vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência (de 2016 a 2018), colocando em ação as medidas do período que denominamos como ultraneoliberal. Corroboramos com a análise Cislighi (2021):

Caracterizamos esse período, então, como uma inflexão, ou nova fase do neoliberalismo, agudizada em profundidade, velocidade e violência em relação ao período anterior. Não se trata de ultraliberalismo, na medida em que não há retorno ao liberalismo clássico (LAVAL, 2018), que ainda não contava com o Estado como financiador, legitimador e expropriador direto a serviço do capital. Ao assumir sua forma “ultra”, como adjetivo, o neoliberalismo entra em nova rodada de aprofundamento de seus pressupostos apoiado em formas exponenciais de bonapartismo nos regimes democráticos liberais e seus governos (DEMIER, 2019), de expropriação de bens comuns, exploração do trabalho e apropriação extraeconômica de trabalho necessário e de criação de capitais fictícios ampliando uma crise sistêmica multifacética que coloca em risco a sobrevivência da humanidade. (CISLAGHI, 2021, p. 17)

Assim, no Brasil, a burguesia nacional aliou-se aos setores mais reacionários, como a aristocracia escrava, o que desencadeou uma classe dominante antinacional, antidemocrática e antipopular, também sujeita ao capital internacional. A burguesia americana, capaz de adotar mecanismos e ferramentas antidemocráticas contra qualquer

expressão de organização por grupos subordinados.

O governo de Temer desmantelou as políticas sociais existentes e atacou frontalmente os direitos sociais e trabalhistas, principalmente por meio de medidas “de cima para baixo”, como diversas emendas constitucionais, como a EC 95, que estabeleceu um novo regime tributário com limite de gastos da União por duas décadas. O “golpe de 2016” na verdade parece ter sido apenas uma primeira fase na aniquilação de um ciclo de neodesenvolvimentismo. Esse contexto de reafirmação dos setores conservadores brasileiros teve forte repercussão nas eleições de 2018 que se caracterizaram por manobras políticas envolvendo tanto o parlamento quanto o setor jurídico.

Após o segundo turno das eleições de 2018, Jair Bolsonaro (2019 - presente) foi eleito Presidente da República, e nomeou Paulo Guedes, Ministro da Economia, que concluiu seu mestrado e doutorado pela Universidade de Chicago, a mesma que defende a política econômica conduzida no Chile durante o período Pinochet, por meio de: autonomia do banco central, câmbio flutuante, equilíbrio fiscal (equilíbrio entre receitas e despesas públicas) e previdência social em regime de capitalização.

Nesse contexto, as políticas do sistema de proteção social são cada vez mais contestadas e apropriadas pelo capital gerador de lucros. Isso implica na reconfiguração e alteração das suas formas de intervenção, atravessadas pela lógica das finanças.

PANDEMIA, ULTRANEOLIBERALISMO E OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Brasil: pandemia e (des)governo Bolsonaro – uma grande tragédia

A equipe brasileira contou com a participação de 13 pesquisadores vinculados às seguintes universidades: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade de Pernambuco – UPE e Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Na sua totalidade, foram realizadas 25 entrevistas nas quais foram entrevistados 45 assistentes sociais dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, da região Nordeste; Minas Gerais e São Paulo, da região Sudeste e Amazonas, da região Norte do País. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Na América Latina, o Brasil foi o primeiro país a ter um caso comprovado de infecção pelo vírus, em fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. Em abril de 2021, a América Latina e o Caribe foram um dos principais territórios de transmissão do vírus, ultrapassando

800 mil mortes pela Covid-19². Em 31 de agosto de 2022, o país contava com 684 mil óbitos e 34,4 milhões de pessoas que já foram infectadas pela Covid-19.

A partir dos dados do relatório de pesquisa da equipe brasileira, fica evidente como as entrevistadas(os) assistentes sociais, nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, encontraram muitas dificuldades nas mais variadas esferas da sua atuação profissional. As entrevistas mostraram o perfil da população brasileira, desesperada não apenas pelos riscos do contágio e das mortes pela Covid, mas também quase completamente desassistida quanto à perspectiva de encontrar alternativas para responder à necessidade de alimentação, saneamento, água potável e habitação, condições indispensáveis para a sobrevivência em tempos de pandemia.

O negacionismo, a ausência de medidas efetivas de isolamento social, a corrupção, a compra tardia das vacinas são alguns dos elementos do (des)governo genocida do atual Presidente da República.

Desde março de 2020, testemunhamos os resultados sociais e de saúde dessas políticas de austeridade. O nosso sistema de proteção social já estava passando por graves retrocessos, a classe trabalhadora já vivia o dismantelamento de direitos sociais conquistados a duras penas. Com a crise de saúde provocada pela pandemia de Covid-19, esses problemas se agudizam, tornam-se mais evidentes, pois expõem as desigualdades sociais existentes, a falta de materiais e estruturas básicas nos serviços públicos que possam garantir um atendimento eficaz à população no âmbito da assistência à saúde, social e habitacional, para quem necessita de medidas preventivas como o isolamento e / ou afastamento social, assistência médica para o tratamento da doença. Nesse contexto, ao invés de termos um Estado mais forte, com um sistema de proteção social que pudesse atender a população em um momento de crise, vemos ao contrário, a implementação de um projeto ultraneoliberal, de dismantelamento das políticas sociais existentes, mesmo as mais precárias, seletivas e focalizadas, como era o caso do Programa Bolsa Família, extinto em 2021 e substituído pelo Programa Auxílio Brasil.

O descaso do governo central sobrecarregou as instâncias estadual e municipal e impediu uma ação centralizada no enfrentamento da pandemia, deixando a cargo das instâncias descentralizadas, a responsabilidade com a saúde e a assistência, o que provocou uma

2 Dados obtidos a partir da página G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/america-latina-ultrapassa-800-mil-mortes-pela-covid-19.ghtml> acesso em: 23 de abr. 2021.

atuação particularizada dessas instâncias, de acordo com suas possibilidades e recursos financeiros.

Suécia: os serviços prestados à população no contexto da pandemia

Em relação à equipe sueca, os pesquisadores da Universidade de Örebro realizaram as entrevistas direcionadas a nove (9) assistentes sociais que trabalhavam em diferentes tipos de intervenções e cuidados, que se enquadram no âmbito da Lei de Serviços Sociais (SoL) do país. A pesquisa foi autorizada pelo Conselho de Pesquisa Sueco. As entrevistas foram realizadas entre janeiro e março de 2021 por um auxiliar de pesquisa de forma digital, devido às restrições, e com gravador, e duraram entre 35 e 60 minutos. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra.

É importante apresentar que a confiança nas autoridades nacionais da Suécia - apesar da transformação do Estado de bem-estar - é elevada (Prado, 2018) e as informações divulgadas sempre foram levadas em consideração pelos profissionais e sociedade em geral. A propagação do vírus naquele país, teve início em fevereiro de 2020, aumentando exponencialmente o contágio entre março e abril do mesmo ano. Segundo os pesquisadores, a autoridade nacional sueca, ao invés de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfatizavam a importância de testar e rastrear infecções (Svensson & Rodriguez, 2021), alegaram um custo muito alto para o Estado a realização da testagem em massa. Em vez disso, foram anunciadas recomendações - com base em ações voluntárias dirigidas aos próprios cidadãos - sobre como a população deve se comportar para reduzir a propagação da infecção.

Os pesquisadores sinalizaram que durante a primavera de 2020 (março-junho), houve uma grande escassez de Equipamento de Proteção Individual - EPI na Suécia. Não havia material de proteção nos serviços de saúde, nas regiões ou nos municípios devido ao fato de que a Suécia é organizada com base no princípio organizacional neoliberal "just-in-time" (Granberg, Rönnblom, Paden, Tangnäs & Öjehag, 2021). Resumindo, este tipo de organização é para evitar o estoque de materiais por mais tempo do que o material que poderá ser usado em breve. Mas, este princípio entrou em choque com a necessidade a nível mundial de material de proteção individual. A demanda mundial era muito superior a capacidade de produção em um período pandêmico em que os trabalhadores das fábricas a nível global estavam em isolamento social.

Uma das consequências estava relacionada ao contato dos profissionais com a população

de maior risco fatal ao covid-19: a população idosa. O vírus entrou e se espalhou em muitos lares de idosos e, na primavera de 2020, metade dos idosos que morreram com a infecção eram residentes de lares de idosos e um quarto daqueles que tinham cuidados domiciliares (National Board of Health and Welfare, 2020). Um avaliador da assistência que lida dos pedidos de intervenções de cuidados e acompanhamento desse grupo populacional, revelou que precisou paralisar as visitas domiciliares aos idosos e o contato passou a ser feito por telefone. O profissional informou que fazer ligações em vez de se encontrarem fisicamente nem sempre é uma solução isenta de problemas, pois alguns idosos podem ter perda auditiva e também problemas de memória. As reuniões por telefone também dificultaram a interação entre o idoso e o avaliador da assistência e que resultou numa dificuldade em determinar se o idoso entendeu as orientações fornecidas. De outra parte, também foi notada a mudança de comportamento dos próprios idosos em relação aos serviços domiciliares. Com medo de ficarem infectados, recusaram visitas domiciliares da equipe de atendimento.

No relatório da equipe sueca veio à tona como os profissionais tiveram que lidar de forma individualizada, e algumas vezes, infringindo as determinações oficiais para atender a população. Devido a falta de EPI's alguns profissionais decidiram comprar com custos próprios seu equipamento de proteção para continuar atendendo à população em idosa em situação de maior vulnerabilidade social.

Um outro dado relevante apontado no relatório diz respeito da dificuldade em trabalhar remotamente com pessoas consideradas marginalizadas e vulneráveis e que precisavam de apoio e ajuda, como no caso daquelas que viviam em instituições de acolhimento para as pessoas em situação rua; ou nas instituições de acolhimento às mulheres expostas ou em risco de violência. Uma assistente social, líder de grupo de um abrigo, descreve que seu trabalho de extensão com pessoas com forte dependência e sem-teto não pode ser realizado remotamente. Eles também tiveram que oferecer espaço quando as pessoas o procuravam. Então, eles resolveram isso arranjando um apartamento especial para que os usuários com sintomas tivessem um lugar para ir.

Podemos resumir o impacto da pandemia nos serviços prestados à população com esta citação do relatório da equipe:

Nesse caso - em uma situação aguda - é possível, como mencionado na introdução, dizer que a pandemia tornou visível o colapso do Estado de bem-estar. A pandemia de Covid revelou as deficiências estruturais e institucionais criadas pela neoliberalização da sociedade sueca em geral e dos serviços de saúde e sociais em

particular. O estado de bem-estar social sueco viveu por muito tempo com sua reputação, embora, como resultado da neoliberalização, tenha sofrido gradativamente grandes mudanças. Tem sido uma situação paradoxal em que a confiança de grande parte da população nas autoridades nacionais é elevada, ao mesmo tempo que muitas pessoas marginalizadas, vulneráveis e vulneráveis são vítimas da pandemia. A confiança nas autoridades nacionais é demonstrada no material de entrevista onde os assistentes sociais inicialmente confiaram nas informações que vinham desta direção, mas com o tempo os assistentes sociais e as próprias atividades tiveram que encontrar soluções para poderem realizar o trabalho social com os marginalizados e vulneráveis. Em alguns casos - como o lar de idosos - o orçamento e as recomendações (que não estavam em vigor) foram excedidos para proteger a equipe de cuidados e os idosos contra infecções. (Relatório de Pesquisa – equipe Universidade de Örebro – Suécia – tradução nossa)

Argentina: as alternativas dos profissionais no enfrentamento da pandemia

Em relação à equipe argentina, o estudo foi realizado na Província de Buenos Aires. Foram seis entrevistas: 5 no Distrito de Tigre e 1 na Universidade Nacional de Luján com sede em San Miguel. As entrevistas foram realizadas entre abril e outubro de 2021, pela assistente social da pesquisa em formato digital, devido às restrições sanitárias.

O primeiro caso confirmado da pandemia de Covid-19 na Argentina foi anunciado em 3 de março de 2020, logo após, ocorreu uma rápida disseminação do vírus sendo necessária a implementação da quarentena que se estendeu ao fechamento total de escolas e universidades naquele ano. As secretarias de saúde atenderam os casos de covid-19 e pouquíssimos casos de pacientes com outras patologias. Apesar das medidas de isolamento e a proibição da circulação, percebe-se um rápido aumento de casos. Segundo o relatório apresentado, a população no início da pandemia tinha poucas informações sobre a propagação do vírus; o Ministério da Saúde enfatizava a ordem "não saia", ao invés de fornecer maiores explicações sobre o vírus. Naquele momento, até mesmo os dados trazidos pelos especialistas em virologia, eram antagônicos. Os hospitais públicos da província de Buenos Aires eram insuficientes e os recursos humanos também.

À medida que a situação piorou, em todo o mundo e na Argentina em particular, em relação aos casos, mas também à falta de suprimentos e pessoal de saúde insuficiente para a demanda. Também tomando conhecimento de pessoas conhecidas afetadas por contágio e algumas por morte.

Contribuiu também o fato de que a população, impossibilitada de continuar trabalhando, era mais complicada e dos estados a política de atendimento à população não era suficiente (Assistente social – equipe argentina – tradução nossa)

A partir do relato acima, vimos como a falta de políticas públicas mais consistentes levaram a um esgotamento das possibilidades e alternativas de ações das profissionais em seus espaços socio-ocupacionais. Com as medidas de isolamento social, a população,

principalmente a que trabalha informalmente ficou desprotegida e sem recursos para a subsistência e ao mesmo tempo, não existiam políticas públicas que pudessem ser oferecidas à população de forma imediata. Até mesmo, os assistentes sociais, enquanto trabalhadores, precisaram encontrar alternativas de trabalho isolando-se, optando-se pelo contato via telefone.

A mudança na forma de trabalhar também foi impressionante, deixar de lado entrevistas, visitas domiciliares e iniciar o teletrabalho foi uma mudança drástica. Não ter recursos suficientes para atender a demanda causava angústia, além do prolongamento da jornada diária de trabalho. (Assistente social 1– equipe argentina – tradução nossa)

A falta de recursos financeiros e de oferta de serviços também causou entraves no trabalho das assistentes sociais, como podemos observar a seguir:

O contato por telefone e plataforma foi intensificado para enviar a ele alguns recursos que vinham dos estados. Articulou-se com várias instituições para poder dar respostas às diferentes necessidades (com pouca concretização das mesmas) e trabalhou com escuta e problematização, sobre diferentes demandas. As não respostas por parte dos estados e, portanto, produziram maior descontentamento na população... Por outro lado, recebendo poucas respostas do estado, a comunidade se empoderou e o ST também participou disso (Assistente social 2– equipe argentina – tradução nossa)

A partir dessa fala da entrevistada, vimos como a própria população precisou encontrar alternativas já que não existia uma “resposta do Estado” o que a profissional sinalizou como “empoderamento” da comunidade.

Tiveram que lutar contra a burocracia estrutural, a falta de insumos, as indicações e contraindicações permanentes, as contradições.

As entrevistadas sinalizaram como a falta de políticas sociais, a focalização e a burocracia existente para o atendimento das demandas fizeram com que as profissionais tivessem que “lutar” em um ambiente repleto de contradições.

Espanha: trabalho dos assistentes sociais durante a pandemia

Em relação à equipe espanhola, dada a heterogeneidade dos sistemas sociais e sua articulação no território do Estado espanhol, foi decidido tomar três realidades específicas como Alicante (Comunidade Valenciana), Barcelona (Catalunha) e Bilbao (Comunidade Autónoma do País Basco) para a realização do *lócus* de investigação. Foram selecionados trabalhadores em diferentes esferas, organizações e administrações públicas, que antes, durante e depois do início da pandemia de COVID-19 na Espanha estavam ocupando seus empregos e desenvolvendo suas funções profissionais. Foram entrevistados 18 assistentes sociais (6 por região) entre janeiro e março de 2021. Os entrevistados foram selecionados

de forma que pudessem ter profissionais que atuam na esfera pública (serviços sociais públicos gerais e especializados) e entidades do terceiro setor de ação social, além de desenvolver seu trabalho profissional em diversas áreas: serviços sociais cuidados primários, serviços de emergência social, serviços de cuidados para pessoas com deficiência, serviços de cuidados a idosos, habitação, saúde mental, abrigos municipais, centros de saúde de cuidados primários e centros hospitalares.

Entre o final de janeiro e maio de 2020, o número de pessoas que morreram na Espanha por COVID-19, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) ultrapassou os 45.000.

Em acordo com o relatório analisado, todos os entrevistados disseram que a resposta do Estado foi lenta e que a maioria dos profissionais percebeu a gravidade da pandemia muito cedo. Eles refletem sobre as implicações sociopolíticas da pandemia no sistema de saúde e como esses efeitos se agravaram devido às deficiências anteriores do sistema. Destaca-se como no início, porque a importância não foi prevista da doença, havia uma grande precariedade de recursos e eles tinham que improvisar continuamente.

As entrevistadas mostram seu entendimento quanto ao compromisso ético e político das instituições e do seu próprio trabalho. Seus discursos, como poderia ser de outra forma, não é homogêneo e revela experiências um tanto diferentes, mas complementares na mesma situação. A nível institucional, enquanto alguns colegas destacam positivamente o envolvimento do Instituições públicas face à pandemia, outras apontam algumas insuficiências durante o primeiro momento tendo consciência do desconhecimento geral sobre o comportamento da pandemia e da falta meios de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a implementação de políticas ultraneoliberais tiveram consequências desastrosas com a precarização e insuficiência dos serviços sociosanitários prestados aos usuários das políticas públicas em todos os países estudados durante a pandemia. Em todos os contextos, a precarização das políticas sociais e a diminuição dos direitos da classe trabalhadora fez com que durante a pandemia, os serviços estivessem já precarizados ocasionando um grande impacto no oferecimento dos serviços socio-econômico e sanitários de enfrentamento da pandemia. Assim, sinalizamos a importância da pressão da classe trabalhadora para a ampliação dos direitos sociais e de políticas amplas na contramão da ofensiva ultraneoliberal.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo, in: Sader, E., Gentili, P. eds. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. Trabalho e sujeitos políticos. nº 20, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

HARVEY, D. (1989). **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina”. **Configurações** [Online], v. 10, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/1324> Acesso em: 14 nov. 2021

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, n. 111, Cortez: São Paulo, 2012.

SALVADOR, E. “Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo”. **Serviço Social e Sociedade**, n. 104, São Paulo: Cortez, 2010.

TOGNONATO, C. **Economia senza società**. Oltre i limiti del mercato globale. Napoli: Liguori Editor, 2014.